



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Agravo de Petição **0082100-46.2006.5.02.0252**

[PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI](#)

Relator: ELISA MARIA DE BARROS PENA

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 16/10/2024

Valor da causa: R\$ 20.000,00

Partes:

AGRAVANTE: ANTONIO JOSE RAMOS DO CARMO

ADVOGADO: FLORENTINO OSVALDO DA SILVA

AGRAVADO: BUCK TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA

ADVOGADO: MARIA CRISTINA VENERANDO DA SILVA PAVAN

ADVOGADO: JOAO GILBERTO VENERANDO DA SILVA

AGRAVADO: DOROTY EDILE BEDO ELIAS

ADVOGADO: MARIA CRISTINA VENERANDO DA SILVA PAVAN

ADVOGADO: JOAO GILBERTO VENERANDO DA SILVA

AGRAVADO: CARLOS EDUARDO BEDO ELIAS

ADVOGADO: MARIA CRISTINA VENERANDO DA SILVA PAVAN

ADVOGADO: JOAO GILBERTO VENERANDO DA SILVA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO
2ª VARA DO TRABALHO DE CUBATÃO
ATOrd 0082100-46.2006.5.02.0252
RECLAMANTE: ANTONIO JOSE RAMOS DO CARMO
RECLAMADO: BUCK TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA E OUTROS (2)

Vistos, etc...

Os autos encontram-se no arquivo provisório desde 2019.

Conforme disposto no artigo 11-A e seu parágrafo 1º da CLT, *“ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de dois anos” e “a fluência do prazo prescricional intercorrente inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução”*, portanto caracterizada a prescrição intercorrente.

Considerando que decorrido o prazo prescricional, declaro extinta a presente execução, com fulcro no artigo 924, V, do CPC c/c o artigo 11-A da CLT.

Ao arquivo.

CUBATAO/SP, 25 de novembro de 2023.

FERNANDO MAIDANA MIGUEL

Juiz do Trabalho Substituto



Assinado eletronicamente por: FERNANDO MAIDANA MIGUEL - Juntado em: 25/11/2023 15:39:45 - f6ce3c8
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/23112414530501500000326577556?instancia=1>
Número do processo: 0082100-46.2006.5.02.0252
Número do documento: 23112414530501500000326577556



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
2ª VARA DO TRABALHO DE CUBATÃO
ATOrd 0082100-46.2006.5.02.0252
RECLAMANTE: ANTONIO JOSE RAMOS DO CARMO
RECLAMADO: BUCK TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA E OUTROS (2)

Nesta data, faço o feito concluso ao(a) MM(a) Juiz(a) da 2ª Vara do Trabalho de Cubatão/SP, certificando que o(s) Agravo (s) apresentado(s) encontra(m) -se tempestivo(s), apresentando preparo adequado e subscrito(s) por advogado(s) que tem(êm) procuração nos autos.

Cubatão, data abaixo.

INAMAR DARIO DA SILVA CHAVES

Vistos etc.

Processe-se em termos.

Intime a parte contrária a apresentar contraminuta em 08 (oito) dias.

Após, ao E. TRT com as cautelas devidas.

CUBATAO/SP, 01 de outubro de 2024.

GABRIEL GORI ABRANCHES
Juiz do Trabalho Titular



Documento assinado eletronicamente por GABRIEL GORI ABRANCHES, em 01/10/2024, às 21:27:31 - 7d687b2
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/24100118171180300000369621071?instancia=1>
Número do processo: 0082100-46.2006.5.02.0252
Número do documento: 24100118171180300000369621071



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PROCESSO nº 0082100-46.2006.5.02.0252 (AP)

ORIGEM: 2ª VARA DO TRABALHO DE CUBATÃO/SP

AGRAVANTE: ANTONIO JOSE RAMOS DO CARMO

AGRAVADO: BUCK TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA , DOROTY EDILE BEDO ELIAS, CARLOS EDUARDO BEDO ELIAS

RELATORA: ELISA MARIA DE BARROS PENA

15ª TURMA - CADEIRA 3

RELATÓRIO

Trata-se de agravo de petição interposto pelo exequente em face da sentença que, reconhecendo a prescrição intercorrente, extinguiu a execução com fulcro nos artigos 924, V, do CPC c/c o artigo 11-A da CLT.

Razões de recurso às fls. 612/624 e ID. nº 6bd179e.

Transcorrido *in albis* o prazo para contraminuta.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho nos termos do art. 85, § 1º, do Regimento Interno deste E. Regional.

É o relatório.

VOTO

I - DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE

Conheço do recurso, porque atendidos os pressupostos legais de admissibilidade.

II - DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE



Requer o agravante a reforma da decisão de origem, para que seja afastada a prescrição intercorrente reconhecida e, assim, determinado o prosseguimento do feito.

Alega, em suma, que *"Há de se prosseguir o feito com a liquidação do julgado, uma vez que não foi quitado o débito, não houve a extinção da dívida, nem a renúncia ao crédito, não havendo se falar em extinção da execução ou exaurimento da prestação jurisdicional, porque não houve a INTIMAÇÃO DO AUTOR DAS PEÇAS DIGITALIZADAS."* (ID. nº 6bd179e)

Além disso, aduz que a prescrição intercorrente não pode ser aplicada aos presentes autos, já que anterior à vigência da Reforma Trabalhista.

Ao exame.

Primeiramente, importante ressaltar que, até o advento da Lei 13.467 de 2017, fazia-se cizânia na jurisprudência, sobretudo entre entendimentos dos Tribunais Superiores (STF e TST) quanto à questão da aplicação da prescrição intercorrente no processo do trabalho, embora prevalecesse a tese firmada através da Súmula 114 da mais alta Corte Trabalhista, no sentido de ser inaplicável tal modalidade de prescrição no processo laboral.

No entanto, com a Reforma Trabalhista, o legislador acrescentou à CLT o artigo 11-A, que assim dispõe, *"in verbis"*:

"Art. 11-A. Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de dois anos."

§ 1º A fluência do prazo prescricional intercorrente inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.

§ 2º A declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição".

Logo, a fluência do prazo prescricional intercorrente na seara trabalhista passou a ser cabível a partir da vigência da Lei 13.467/2017, ou seja, a partir de 11/11/2017, quando dirimiu-se qualquer dúvida quanto ao cabimento do reconhecimento de tal prescrição, restando claro o objetivo do legislador de não só solucionar entendimentos divergentes na jurisprudência pátria, mas, especialmente, o de evitar a perpetuação da lide.

Cabendo, portanto, ao exequente promover meios ao prosseguimento da execução e quedando-se esse inerte, cabível o pronunciamento da prescrição intercorrente, desde que o



Juízo, no entanto, observe integralmente os ditames legais, dando início à fluência do prazo prescricional intercorrente depois que o exequente tenha sido intimado, nos termos específicos do artigo 11-A, da CLT, e em data compatível com a vigência da Lei 13.467/2017, ou seja, após 11 de novembro de 2017.

Aliás, tais requisitos encontram-se expressamente dispostos no artigo 2º, da Instrução Normativa nº 41/2018, do C. TST.

Pois bem.

Examinando o processo, constata-se que o exequente foi intimado, pela última vez, para dar prosseguimento ao feito, em 08/04/2019, nos seguintes termos (fl. 607):

"Notificação: Quanto ao despacho proferido: Indicar meios para o prosseguimento da execução, em 10 dias (art. 11-A da CLT. Silente, os autos serão arquivados provisoriamente."

Em 14/12/2019 as partes foram intimadas da conversão dos autos do meio físico para o eletrônico, sendo que os autos físicos foram arquivados definitivamente e os autos eletrônicos, arquivados provisoriamente.

Posteriormente, em 20/04/2022, foi realizada a inclusão das peças digitalizadas, com o objetivo de viabilizar o oportuno prosseguimento de sua tramitação em meio eletrônico. Verifica-se que, do despacho de digitalização dos autos, o exequente não foi intimado.

Por fim, em 25/11/2023, o Juízo de origem pronunciou, de ofício, a ocorrência da prescrição intercorrente e extinguiu o feito, com fundamento nos artigos 924, V, do CPC c /c o artigo 11-A da CLT. Ressalta-se que, mais uma vez, o exequente não foi intimado.

Da análise detalhada, verifica-se que não foram cumpridos os requisitos necessários ao reconhecimento da prescrição intercorrente, uma vez que, o exequente não foi intimado da digitalização dos autos. E mesmo se fosse intimado, a prescrição intercorrente não poderia ser reconhecida, pois entre a certidão de juntada dos autos digitalizados de ID. nº 26b4fcc e a sentença que extinguiu a execução, não transcorreu lapso temporal superior a dois anos.

De todo exposto, dou provimento ao agravo de petição, para afastar a prescrição intercorrente reconhecida e determinar o prosseguimento da execução.



Acórdão

Presidiu regimentalmente o julgamento a Exma. Sra. Desembargadora MARTA NATALINA FEDÉL.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Magistrados ELISA MARIA DE BARROS PENA (Relatora), MARINA JUNQUEIRA NETTO DE AZEVEDO BARROS (Revisora), RONALDO LUIS DE OLIVEIRA.

Presente o(a) I. Representante do Ministério Público do Trabalho.

Do exposto,

ACORDAM os Magistrados da 15ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região em: por unanimidade de votos, nos termos da fundamentação, **CONHECER** do apelo e, no mérito, **DAR-LHE PROVIMENTO** para afastar a prescrição intercorrente reconhecida e determinar o prosseguimento do feito.

ELISA MARIA DE BARROS PENA
Relatora

ivm

VOTOS

Assinado eletronicamente por: ELISA MARIA DE BARROS PENA - 21/03/2025 13:57:22 - 6d4d6d2
<https://pje.trt2.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25012911552166500000255582843>
Número do processo: 0082100-46.2006.5.02.0252
Número do documento: 25012911552166500000255582843

ID. 6d4d6d2 - Pág. 4

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
f6ce3c8	25/11/2023 15:39	Sentença	Sentença
7d687b2	01/10/2024 21:27	Decisão	Decisão
6d4d6d2	21/03/2025 13:57	Acórdão	Acórdão